

Indicadores socioeconômicos e desempenho educacional no estado do Tocantins-Br: uma realidade desafiadora apresentada a partir das microrregiões tocaninenses

Socioeconomic Indicators and Educational Achievement in Tocantins - Brazil: a challenging situation presented from Microregions Tocantinenses

Rogério Castro Ferreira

Professor Departamento de Geografia, Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus e Porto Nacional, Brasil.
E-mail: rogerioge@uft.edu.br

Ordália Dias da Silva Guilherme

Mestre em Geografia, Instituto Federal do Tocantins - IFTO, Brasil.
E-mail: ordaliaguilherme@hotmail.com

Adão Francisco de Oliveira

Professor Doutor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT, Campus e Porto Nacional, Brasil.
E-mail: adaofrancisco@gmail.com

Resumo: Os indicadores socioeconômicos são importantes ferramentas para o ordenamento de políticas e programas de planejamento estaduais, empresariais e da sociedade civil. Partindo dessa premissa, o presente artigo tem como principal objetivo discutir o desempenho educacional do estado do Tocantins frente aos indicadores socioeconômicos, no esforço de entender as relações causais entre educação e desigualdade, analisando de forma empírica e conceitual a atual conjuntura socioeducacional tocaninense frente as suas oito microrregiões. Nessa perspectiva, realizou-se uma análise crítica embasada em indicadores socioeconômicos e algumas de suas respectivas variáveis, bem como em indicadores educacionais (taxas de transição: aprovação, reprovação, abandono e distorção idade/série). O diagnóstico apresentado, principalmente em relação aos desníveis regionais relacionados à educação e frente à análise crítica baseada na ideia de Educação como reprodução, presen-

te no Construtivismo Estruturalista de Pierre Bourdieu, chamou a atenção para a importância e a necessidade de se analisar, para além do desempenho dos estudantes, os fatores contextuais extraescolares passíveis de intervenção, que possam trazer melhorias tanto ao sistema educacional como para a sociedade em geral.

Palavras-chave: Indicadores Socioeconômicos. Desempenho Educacional. Microrregiões. Tocantins.

Abstract: Socioeconomic indicators are important instruments for ordering policies and programs of states, business and civil society planning. Based on it, this research aims to discuss the achievement educational in Tocantins front of Socioeconomic Indicators in an effort to understand the causal relationships between education and inequality, we analyzed the empirical and conceptual way the current tocaninense socioeducational situation between

their eight microregions. Thereby, this research, seeks to make a tocaninense socioeconomic interpretation between their eight microregions informed on socioeconomic indicators and some of their respective and educational indicators variable (transition rates: approval, rejection, abandonment and age / grade distortion). The data used as main sources in this research were: IBGE Automatic Recovery System (Sidra), the Higher Education Census (INEP), the United Nations Development Programme (UNDP) - Atlas of Human Development in Brazil, among others. The

Recibido: febrero 2016

presented diagnosis, especially with regard to regional disparities between the microregions related to education called attention to the importance and need to analyse beyond student performance, extracurricular contextual factors amenable to intervention that can bring improvements to both the educational system and society in general.

Keywords: Socioeconomic Indicators, Educational Achievement, Microregions, Tocantins.

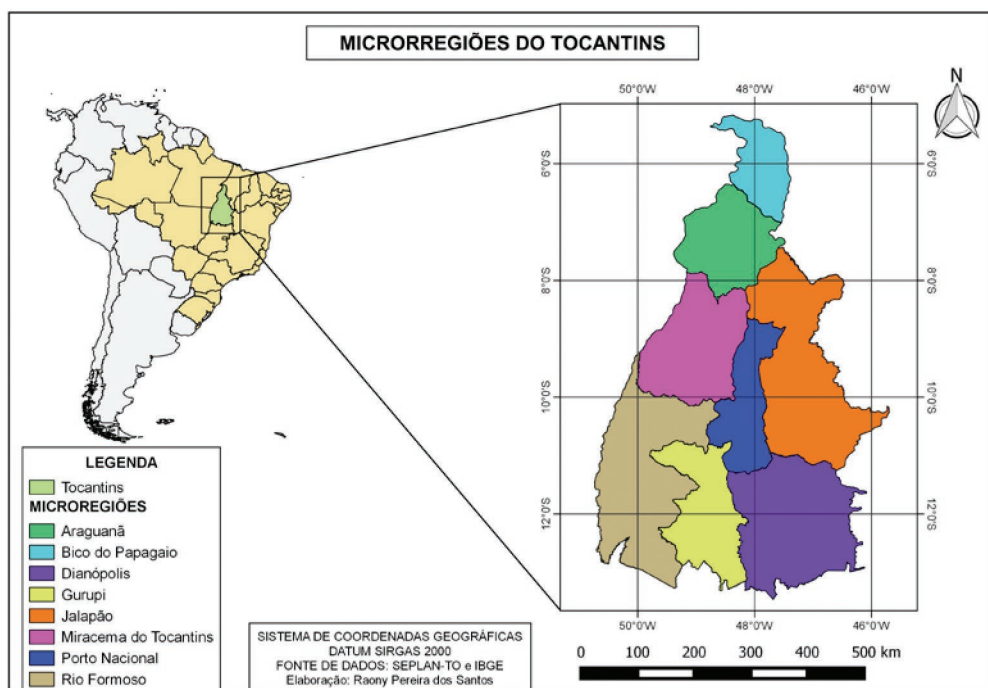
Aceptado: mayo 2016

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo discutir o desempenho educacional do estado do Tocantins a partir de suas microrregiões, frente aos indicadores socioeconômicos com ênfase no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas variáveis. Em que pese a federação brasileira basear-se territorialmente nos Municípios, nos Estados e na União (o país), a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 previu, em seu artigo 25, parágrafo 3º, a instituição de microrregiões a partir do agrupamento de municípios limítrofes, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Apesar de os Estados brasileiros terem a prerrogativa para tanto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão do governo federal, realizou em 1990 um intenso trabalho de microrregionalização do Brasil baseado em homogeneidades físico-territoriais, socioeconômicas e histórico-culturais. A intenção era subsidiar o governo federal na elaboração de políticas públicas para a superação das desigualdades sócio-territoriais.

Assim, o recorte espacial dessa leitura são as oito microrregiões tocaninenses (Figura 1) definidas pelo IBGE, sendo elas: Araguaína, com 17 municípios; Bico do Papagaio, com 25 municípios; Dianópolis, com 20 municípios; Gurupi, com 14 municípios; Jalapão, com 15 municípios; Miracema do Tocantins, com 24 municípios; Porto Nacional, com 11 municípios; e Rio Formoso, com 13 municípios. A soma de todos os municípios totaliza os 139 pertencentes ao Estado do Tocantins.

Figura 1. Divisão geográfica do Estado do Tocantins por microrregião.



Elaborada por: Santos, Raony P dos.

Os procedimentos metodológicos consistiram na deliberação de uma discussão empírica e explicativa que apresentou o desempenho educacional no estado do Tocantins a partir da contextualização dos Censos e das taxas de transição, tendo como referencial de partida o ano de 1991.

No primeiro momento, apresenta-se indicadores socioeconômicos e suas variáveis, bem como as condições educacionais no Tocantins frente aos indicadores sociais. Os indicadores socioeconômicos brevemente apresentados são: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e Índice de Gini.

Na sequência, com o intuito de entender a lógica da atual conjuntura das desigualdades socioeducacionais no Tocantins, discute-se o desempenho educacional frente aos seus indicadores como taxa de analfabetismo, aprovação, reprovação, abandono e o fenômeno da distorção idade/série. A tentativa de compreensão dos resultados objetivos dessa pesquisa passa pelo diálogo com o “Construtivismo Estruturalista” de Pierre Bourdieu.

Uma discussão sobre indicadores socioeconômicos e suas variáveis

De acordo com Pena (2015), para que sejam tomadas medidas capazes de alavancar o nível de desenvolvimento dos diferentes territórios do mundo, é necessária a obtenção de dados, estatísticas e informações que permitam identificar quais são os principais problemas que as populações e os lugares vivem. Por esse motivo, é de fundamental importância, além das análises de conjuntura, a geração de dados que possam atuar como indicadores socioeconômicos, aqueles que apontam as características básicas do desenvolvimento das sociedades.

Dentre os principais indicadores socioeconômicos, podemos destacar: o PIB, a renda per capita, o IDH, o Coeficiente de Gini, o nível de desemprego e a oferta de serviços públicos à população.

O IDH é um indicador utilizado para se analisar e avaliar o desenvolvimento humano em um determinado território e foi desenvolvido pelos economistas Mahbub ul Haq (paquistanês) e Amartya Sen (indiano/ ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998), intitulado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento humano não ocorre apenas a partir do crescimento da economia esses dois pesquisadores incorporaram outros dois importantes indicadores na composição desse índice: a expectativa de vida ao nascer (longevidade/saúde) e a educação (alfabetização e taxa de matrícula).

Para a Organização das Nações Unidas, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. Entretanto, apesar de expandir a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento. Assim, a mesma assevera que democracia, participação, equidade sustentabilidade são alguns dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH¹.

Atualmente, os três pilares que compõem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma: (i) saúde: medida pela expectativa de vida, (ii) educação: medida pelo acesso ao conhecimento é avaliada por média de anos de educação de adultos (número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos) e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar; (iii) renda: e o padrão de vida, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de similaridade de compra (PPP) constante, em dólar.

O impacto desse índice, no início dos anos de 1990, foi de grande relevância que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adotou para estabelecer o *ranking* entre as nações do mundo, servindo à Organização das Nações Unidas (ONU) como instrumento para apontar as melhores estratégias ao desenvolvimento das nações. O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Os países com IDH até 0,499 têm o desenvolvimento humano considerado baixo, países com IDH entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e os países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

¹ Para maiores esclarecimentos acesse: http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH

Compreendendo a importância desse instrumento para a escala intranacional, a Fundação João Pinheiro, órgão do Estado de Minas Gerais, o adaptou para aplicá-lo, inicialmente, aos municípios mineiros, desenvolvendo o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. A positividade dessa aplicação favoreceu esse órgão a replicar o índice para todos os municípios brasileiros, e conseqüentemente a outras regiões do globo. Para avaliar o nível de desenvolvimento humano de municípios, as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda – porém alguns dos indicadores usados são diferentes. De acordo com a ONU, ainda que meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH-M são mais adequados para avaliação de núcleos sociais menores. No Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é elaborado a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo IBGE.

Porém, existem aspectos que o IDH não contempla, com isso, surgiram outros indicadores complementares ao IDH, sendo: o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG).

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) parte do entendimento que o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país. Assim sendo, o IDH em 2010 introduziu o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD). Tal índice leva em consideração a desigualdade em todas as três dimensões do IDH “deduzindo” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade. De acordo com o relatório do PNUD (2013), o IDH tradicional pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” e o IDHAD como um índice do desenvolvimento humano “real”. Destarte, a “perda” no desenvolvimento humano potencial gerada devido à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD, expressa por um percentual.

Assim como o IDHAD, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) surge também em 2010. O IPM é responsável por identificar privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. Esse índice é definido por 10 (dez) indicadores, sendo que as dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores. Para a dimensão da educação, contam os indicadores dos anos de escolaridade e do número de crianças matriculadas. Para a dimensão da saúde, contam os indicadores referentes à taxa de mortalidade infantil e de nutrição. A dimensão do padrão de vida é composta pelos indicadores de acesso ao saneamento apropriado, o acesso à eletricidade, o acesso à água potável, o acesso ao combustível para cozinhar, o acesso a uma casa com pavimento de terra e, não tendo carro, à propriedade, no máximo, de dois dos seguintes bens: bicicleta, moto, rádio, telefone e televisão. Todos estes indicadores são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar.

Para o PNUD (2013), o IPM tem como principal objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda. Este é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e é medido pelo percentual da população que vive abaixo de US\$1,25 por dia.

Nesse sentido, Santos, R. (2013) afirma que

[...] a ideia de qualificar o nível de subdesenvolvimento da população de uma metodologia multidimensional ou chamar um número de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres é mascarar e, sobretudo, um procedimento sem uma reflexão mais aprofundada sobre a realidade real em nossa frente nos países mais pobres. É negar a sociedade constituída de classes em todos os cantões do planeta. Dentro do modo capitalista, a nossa sociedade é composta por classes sociais diferentes. Não há agrupamento de indivíduos considerados ricos ou pobres. O que há na verdade, são classes sociais nos seus mais variados níveis sociais de renda presentes no centro ou na periferia do capitalista (SANTOS, R., 2013, p. 239).

Para esse autor, a pobreza e as contradições sociais no espaço são produtos e desdobramentos da lógica contraditória do modo de produção capitalista. Desse modo, as políticas públicas dos países mais desenvolvidos não irão acabar ou radicalizar a pobreza dos países mais pobres. As necessidades dos europeus não são as mesmas para os países latino-americanos e “nem todos os itens que são necessidades da sociedade capitalista, são necessidades de outras sociedades e etnias” (SANTOS, R., 2013, p. 240).

Outro indicador social muito utilizado por meio de dados estatísticos é o Índice de Gini (ou Coeficiente de Gini), desenvolvido pelo matemático Italiano Conrado Gini, em 1912 (PNUD, 2013). Na prática, o Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O Coeficiente de Gini apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a situação de igualdade na renda (todos detêm a mesma renda per capita). O valor um corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas, ou seja, um indivíduo ou uma pequena parcela de uma determinada população, detém toda a renda e os demais nada têm. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Em suma, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

Todos estes indicadores assinalam ou indicam uma determinada tendência de evolução das condições sociais de uma determinada sociedade. De certo, é preciso refletir de forma mais crítica sobre a análise de suas metodologias. Lacoste (1975) já alertava que tanto o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento é algo que pode ser criado a partir de critérios que representam unicamente a ideologia dominante dos países desenvolvidos. Tais conceitos, segundo este autor, são construídos e organizados por estes países como estratégia geopolítica para disciplinar as políticas de desenvolvimento e de investimentos nos países periféricos.

Assim como Lacoste (1975) e Santos R. (2013) acreditam que estes índices estatísticos que mensuram as condições de desenvolvimento ou não das nações é

[...] uma das formas dos países ricos terem um mapa das condições sociais e econômicas global para articular a sua geopolítica de investimentos [...] A ONU juntamente com os países ricos do Ocidente estabeleceram parâmetros e critérios para os países não desenvolvidos baseados nos critérios dos países desenvolvidos (SANTOS R., 2013, p. 241).

Precisa-se maturar a reflexão sobre estes valores que na verdade, representam uma média da renda nacional e não representam uma distribuição social real da renda de um país.

Análise das variáveis de indicadores socioeconômicos do estado do Tocantins

De acordo com a SEPLAN-TO (2012), o estado do Tocantins possui uma área de 277.620,914 km², representando cerca de 3,26% do território do Brasil e 7,2% da Região Norte. Afirma ainda que a área do estado está inserida na Amazônia Legal é aproximadamente de 97,9% da superfície total do estado. O estado do Tocantins conta com 139 municípios distribuídos em oito microrregiões geográficas regionalizadas pelo IBGE. Essas microrregiões são: Araguaína, Bico do Papagaio, Dianópolis, Gurupi, Jalapão, Miracema do Tocantins, Porto Nacional e Rio Formoso.

Conforme dados do último Censo Demográfico (2010), extraídos do SIDRA (2014), o estado do Tocantins conta com uma população de 1.383.453 habitantes, distribuída em 78,81% ou 1.090.241, vivendo nas cidades e 21,19% ou 293.212 em áreas rurais e a taxa de crescimento populacional anual é de 1,8%, o que equivale a uma estimativa populacional para 2014 de 1.496.880 habitantes.

Apesar de possuir um grande volume de municípios na faixa de até 10 mil habitantes, pode-se inferir que a população tocaninense se concentra nos pólos centrais do estado, como Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. Esse comportamento reflete, sobretudo na expansão das atividades econômicas desses municípios, que incentivaram fluxos migratórios. Essa importância funcional é fruto de condições que, ao longo do tempo, foram se ampliando. Segundo Ferreira e Bessa (2011), os grupos locais expandiram seus capitais, suas áreas de atuação e suas formas de acumulação, paralelamente à entrada dos capitais externos, associado aos mais variados grupos hegemônicos nacionais e internacionais. Desse modo, segundo os mesmos,

[...] garantiu-se o controle sobre parcelas das atividades, a continuidade da reprodução dos capitais locais, o aprofundamento das articulações com os capitais externos, os investimentos em infraestruturas e serviços em geral, e a inserção desses centros nas novas racionalidades da atual divisão territorial do trabalho (FERREIRA; BESSA, 2011, p. 156).

O Tocantins ocupa atualmente a 14^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH com nível de desenvolvimento médio. Este indicador, como já explanado, leva em consideração os indicadores de renda (Produto Interno Bruto – PIB é aplicado à distribuição de renda); longevidade (saúde); e alfabetização (educação), e tem sua variação mínima, zero (0) (nenhum desenvolvimento humano) e máxima, um (1) (desenvolvimento pleno).

Os dados referentes ao IDH revelam uma significativa melhoria nas condições de vida da população tocaninense, pois em 1991, o estado ocupava o 25^o lugar no Brasil, ficando à frente de estados como Maranhão e Piauí. Já no ano de 2000, subiu sete posições, ficando em 18^o lugar. Esse resultado colocou-o à frente de estados do Nordeste como Sergipe, Bahia, Paraíba, Alagoas, Piauí e Maranhão e estados da Região Norte como Pará, Acre e Amazonas. No último levantamento realizado em 2010, mais de 20 anos depois da emancipação política administrativa do Goiás, o estado ocupa o 14^o lugar, à frente de estados da região Nordeste como Rio Grande do Norte, Ceará,

Pernambuco, Sergipe, Bahia, Paraíba, Piauí, Maranhão e Alagoas e os estados da região Norte como Amazonas, Acre, Pará e Rondônia (PNUD, 2013).

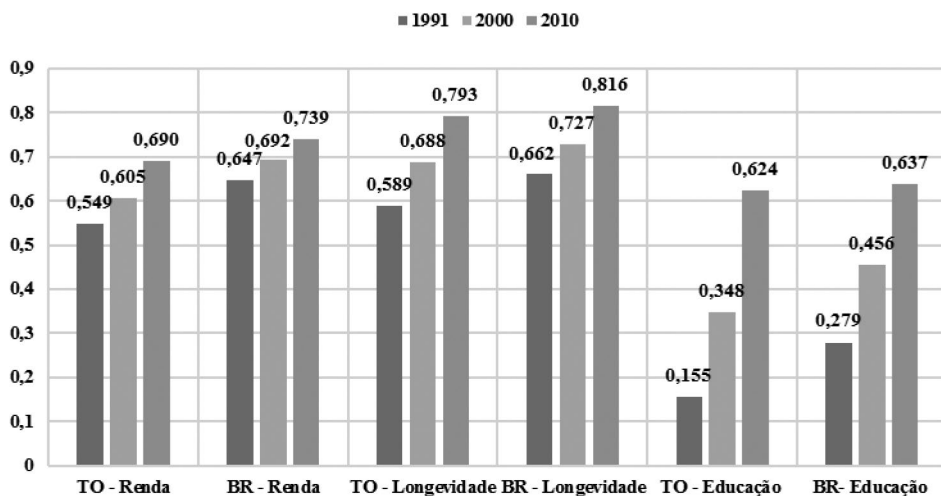
Não é por acaso que o IDH é utilizado, sobretudo como discurso ideológico de que a criação do Tocantins viabilizou o desenvolvimento social para o antigo norte goiano. Em suma, este é um dos indicadores mais exaltados pelo governo do estado, já que seus índices revelam significativo progresso no desenvolvimento humano. Entretanto, como a situação de vulnerabilidade socioeconômica era muito grande no período anterior a 1990, quando a região ainda pertencia ao Estado de Goiás, esse desenvolvimento, apesar de considerável, não alterou muito a materialidade da vida no Tocantins. Em outras palavras, apesar do estado estar galgando posições no ranking nesses últimos anos, estando entre os 15 maiores do Brasil no comparativo de 1991 para 2010, uma análise mais densa entre os três indicadores que compõem o IDH se faz necessária.

A Figura 2 apresenta o histórico dos indicadores que compõem o IDH-M do Tocantins e do Brasil. Observa-se também a partir do gráfico supracitado que apesar do estado galgar posições no ranking, nota-se que os três indicadores componentes do IDH do Tocantins permaneceram abaixo da média brasileira. Desse modo, quando analisado esses indicadores, podemos perceber algumas divergências entre o discurso oficial do estado e a realidade social.

O primeiro indicador apresentado é a renda per capita². Componente do IDH, este indicador está intimamente ligado à evolução da taxa de crescimento do PIB, bem como sua distribuição e como a renda é apropriada pela sociedade. Vale destacar, a priori, que o Produto Interno Bruto de um estado, está diretamente associado à produção de riquezas de capitais, representa a soma da produção dos setores primários, secundários e terciários do estado ou região, em valores monetários, durante um período determinado. Assim, o PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem como objetivo principal mensurar a atividade econômica de uma determinada região.

² A renda per capita é extraída a partir do somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Assim, está variável aponta o grau de desenvolvimento econômico considerando os rendimentos de todos os membros da família que moram na mesma casa dividido pelo número total de membros.

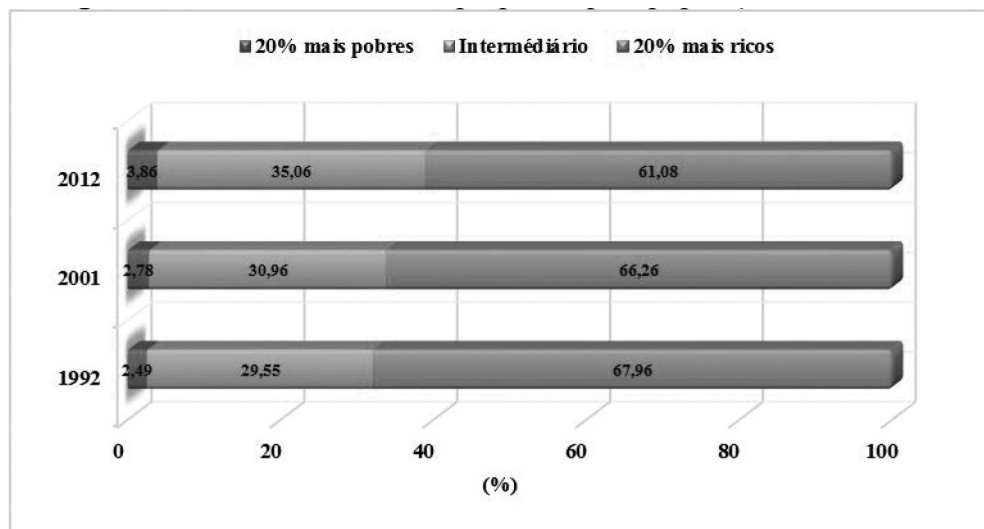
Figura 2. Série histórica dos indicadores do IDH – Tocantins/Brasil.



Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Nesse sentido, Bolwerk (2014) infere que o PIB dá a ideia do poder de consumo e renda de determinado grupo, que revela a capacidade que a população tem de apropriar-se da riqueza produzida no estado. Contudo, ao analisar a variável renda per capita a partir da evolução da taxa de crescimento do PIB no Tocantins e sua distribuição, tem-se a seguinte análise demonstrada pela Figura 3.

Figura 3. Percentual de renda apropriada pela população tocantinense.



Fonte: IPEA, 2012. Organizado por: Ferreira, Rogério C.

Os dados tocantinenses representados na Figura 3, revelam que os níveis de distribuição de renda e desigualdade vêm caindo. Em 1992, os 20% mais ricos apresentavam 67,96% e em 2012, obteve um decréscimo de 6,88% e registrou a marca de 61,08% o que evidenciou uma leve queda na concentração de renda. É importante considerar que a renda perdida pela parcela da população 20% mais rica foi prioritariamente absorvida pelo grupo intermediário, registrando o acréscimo de 5,51% entre 1992 (29,55%) e 2012 (35,06%).

Na contramão desse processo, os 20% mais pobres obtiveram um acréscimo singelo na apropriação da renda. No intervalo de 20 anos, o estado obteve apenas 1,37% de aumento, já que em 1992 era 2,49% e em 2012, 3,86%, demonstrando um baixo acréscimo no quadro de participação na apropriação da renda do que o estado produz. Essa redução na desigualdade corrobora para diminuir substancialmente a pobreza e melhorar as condições de vida da população mais pobre. Entretanto, apesar de uma queda significativa em 20 anos, o indicador ainda traduz forte desigualdade social. Para isso, é imprescindível que medidas favoráveis a queda da desigualdade de renda sejam efetivadas com mais precisão.

Com relação à pobreza, os dados da Pnud sistematizados pela Seplan-TO apontam para uma considerável diminuição da proporção de pobres. Em 1991, o Tocantins registrava a marca de 59,08% de pobres, caindo para 22,15%, ou seja, houve uma redução de 36,93% em 20 anos (Tabela 1). Um dos fatores que pode ser ressaltado é a diminuição da população que vive sem rendimentos, sobretudo posterior ao ano 2000.

Tabela 1: Tocantins: Indicadores de renda, Desigualdade e Pobreza.

INDICADOR	1991	2000	2010
Renda per capita	243,58	344,41	586,62
Índice de Gini	0,63	0,65	0,60
Proporção de pobres	59,08	45,18	22,15

Fonte: SEPLAN-TO, 2012.

A tabela abaixo é contundente na demonstração da redução da população que vive sem rendimentos. Ao longo da década de 2000, o índice caiu quase pela metade, o que se explica não só pela melhoria geral nas condições de obtenção de trabalho remunerado, como também pela ampliação da política de assistência social às populações carentes, especialmente na forma de *bolsas institucionais* ofertadas principalmente pelo governo federal. Em 2010, o índice da população sem rendimentos é quase do mesmo tamanho que a população com o maior rendimento no estado, recebendo mais de três salários mínimos *per capita*: 5,52% e 6,97%³, respectivamente (Tabela 2). Se considerar uma média de quatro pessoas por domicílio, em 54,22% deles a população vive com um rendimento entre 1/4 e 1 salário mínimo, sendo que a somatória dos que recebem até 1 salário mínimo é de 67,01% e os que se enquadram entre 1 e 2 salários representam 15,56% da população tocantinense.

³ Somatória entre os domicílios que recebem entre 3 a mais de 5 salários mínimos por pessoa residente.

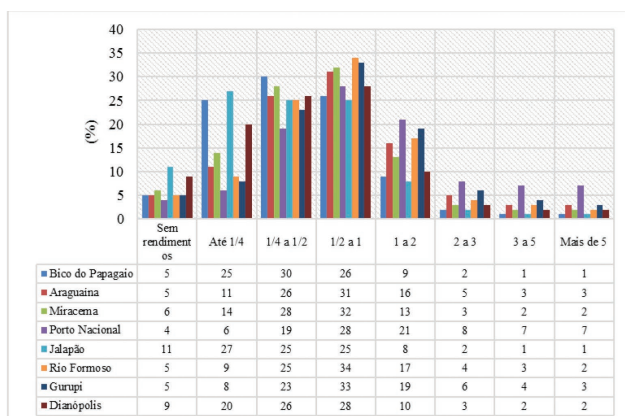
Tabela 2. Tocantins - Distribuição dos rendimentos domiciliares Per Capita em salários mínimos.

RENDA	2000		2010	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Sem rendimentos	31.388	10,4	21.979	5,52
Até ¼	38.561	12,77	50.949	12,79
1/4 a ½	65.183	21,59	97.727	24,53
1/2 a 1	78.981	26,16	118.258	29,69
1 a 2	46.792	15,50	61.969	15,56
2 a 3	15.228	5,04	19.686	4,94
3 a 5	12.164	4,03	15.105	3,79
Mais de 5	13.602	4,51	12.669	3,18
Total	301.899	100,00	398.342	100,00

Fonte: IBGE/SIDRA, 2014.

A replicação dessa mesma informação para as oito microrregiões do estado revela as desigualdades socioeconômicas regionais presentes no Tocantins (ver Figura 4). Partindo dos dois pólos contrastantes, Bico do Papagaio e Porto Nacional, no que se refere ao rendimento domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo, o primeiro participa com 81%⁴ dos domicílios e o segundo com 53%. À exceção de Gurupi (64%), Araguaína (68%) e Rio Formoso (68%), as demais regiões têm índices na casa dos 70%. Aquela que tem o maior número de domicílios sem nenhum tipo de rendimento é a região do Jalapão (sudeste do Tocantins), que registra o índice de 11% e apenas 1% que recebem acima de 5 salários mínimos. Na mesma perspectiva, em Dianópolis com 2% e no Bico do Papagaio com somente 1% possuem domicílios que recebem mais do que 5 salários mínimos por pessoa residente. Sendo que na microrregião de Porto Nacional, onde se encontra o tradicional município homônimo e a Capital do estado, Palmas, esse índice sobe para 7%.

Figura 4. Tocantins - Distribuição dos rendimentos domiciliares per capita em salários mínimos por microrregião – 2010.



Fonte: IBGE/SIDRA, 2014. Organizado por: Ferreira, Rogério C.

⁴ Somatória entre os domicílios que recebem de ¼ até 1 salário mínimo por pessoa residente.

No que se refere aos indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade no estado do Tocantins, por sua vez em 2010, eles atingiram o assustador índice de 19,6%, enquanto no Brasil, a média nacional da taxa de mortalidade infantil foi de 16,7% nesse mesmo ano (Tabela 3)

Tabela 3. Tocantins - Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade.

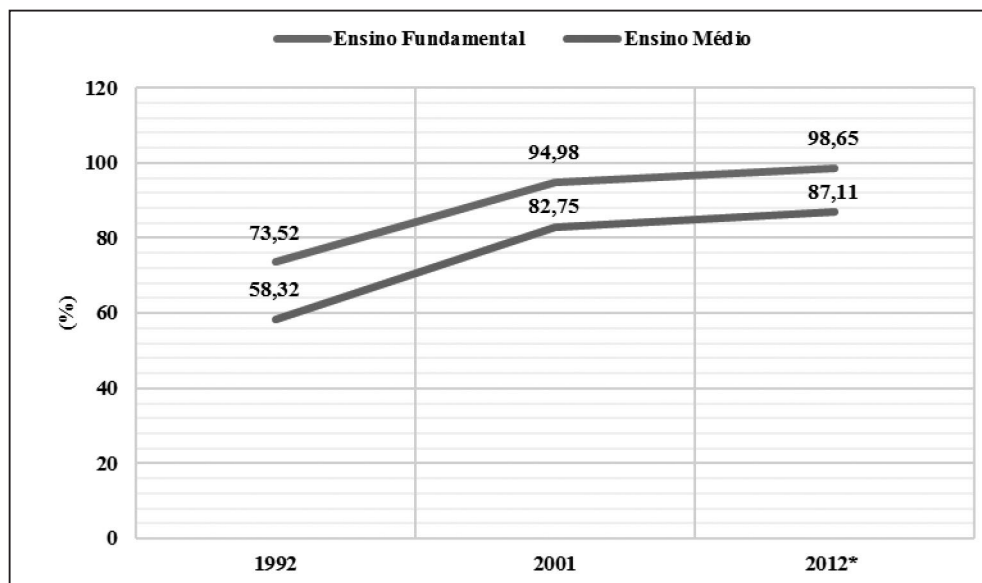
	1991	2000	2010	BRASIL (2010)
	Tocantins (%)	Tocantins (%)	Tocantins (%)	
Taxa de mortalidade infantil	63,7	36,5	19,6	16,7
Esperança de vida ao nascer	60,3	66,3	72,5	73,9
Taxa de fecundidade total	4,0	3,0	2,4	1,89
Taxa de Envelhecimento	3,8	4,5	5,8	7,36

Fonte: PNUD – Atlas de desenvolvimento Humano, 2013.

Não obstante, a taxa de fecundidade no estado é superior à da média nacional, sendo 2,4% contra 1,89%. Esses dados fazem com que o Brasil possua, ainda, uma das maiores taxas de Mortalidade Infantil do mundo. Só para se ter uma dimensão, no Brasil, a cada mil nascidos vivos, 18,83% não chegam a completar cinco anos de idade. No Tocantins, é de 21,05% (PNUD, 2013).

A expectativa de vida mediana do tocantinense é de 72,5 anos. O Brasil, neste mesmo indicador, apresenta atualmente 73,9 anos de idade média do brasileiro. Assim, em um período de vinte anos, a expectativa de vida do brasileiro e, especialmente, do tocantinense avançou mais de cinco anos, refletindo na melhoria do IDH do estado. Porém, estamos longe ainda de países mais desenvolvidos como Noruega, Japão e Canadá com indicadores superiores aos oitenta anos de idade (PNUD, 2013).

No estado do Tocantins, quando apresentados os indicadores da Educação Básica, nota-se um salto quantitativo positivo. A Figura 5 ilustra quantitativamente a taxa de matriculados na Educação Básica tocantinense. Assim como acontece em boa parte do Brasil, o Tocantins, em um período de 20 anos, praticamente universalizou o ensino fundamental com 98,65% de matriculados. É importante ressaltar que a universalização do ensino fundamental tem sido almejada pelo governo federal já há alguns anos, por meio de criação de políticas públicas. Já os dados do ensino médio apresentam uma taxa longe do ideal e da universalização, obtendo uma percentagem de 87,11%, contudo, bem superior à taxa de 1992 com 58,32%. O referido gráfico mostra que as taxas apresentadas não chegam a colocar o Tocantins numa zona de conforto, mas evidencia que a divisão do estado de Goiás trouxe para a atual conjuntura do Tocantins avanços plausíveis quando analisados o gráfico 5 em que a taxa de matrícula da Educação Básica o que leva a crer que a promoção ao acesso a Educação Básica foi efetivada.

Figura 5. Taxa de matrícula da Educação Básica do Tocantins.

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2014. (2012* – Faixa-etária de 6-14 anos/Faixa-etária de 15-17 anos)

O governo federal almejando alcançar para a educação brasileira os mesmos índices educacionais da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) que atualmente é igual a 6,0, lançou em 24 de abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esse plano foi lançado simultaneamente ao Decreto nº 6.094/2007, que instituiu o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, composto por 28 ações que cobrem todas as áreas de atuação do Ministério da Educação (MEC)⁵, compreendendo os níveis e modalidades de ensino e apoio à infraestrutura.

Basicamente, o PDE, materializado no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, está fundamentado, especialmente, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), tendo os programas “Provinha Brasil” e “Piso do Magistério” em segundo plano. Essencialmente, o Ideb procura medir qualitativamente e de forma sistemática o rendimento escolar no intuito de delinear diagnósticos na construção de políticas educacionais para que venha potencializar o acréscimo qualitativo da educação brasileira (BOLWERK, 2014).

214

Segundo Bolwerk (2014, p. 78), quando analisada historicamente, a Educação Básica no Brasil, esta nos apresenta “[...] baixos índices de qualidade do ensino, profissionais mal remunerados, formação inicial e continuada deficitária, infraestruturas das unidades escolares longe de oferecer o espaço adequado no processo ensino-aprendizagem”. O jovem educando da Educação Básica ao se deparar com este cenário, com certeza não

⁵ O Ministério da Educação – MEC estabelece que até o ano de 2022, os anos iniciais do ensino fundamental da Educação Básica deverá atingir o Índice dos países membros da OCDE, isto é, sair do 3,8 em 2005 e alcançar 6,0 em 2022 (INEP, 2013).

vai se sentir estimulado ao ponto de dar importância e valor devido para sua formação profissional e principalmente humana. Diante disso, Bolwerk (2014, p. 79) alerta que o sistema nacional tem sérios problemas crônicos como “[...] evasão, reprovação, distorção idade-série e infrequência escolar que acarretam no conjunto um sistema educacional com indicadores modestos”. E essa afirmação converge com os dados de gráfico em que o número de matriculados chega a 98,65 no Ensino Fundamental e no Ensino Médio cai para 87,11%.

Castro (2000) afirma que, no contexto brasileiro, o desenvolvimento da educação escolar apresenta um significativo progresso. No entanto, alerta que a melhoria dos indicadores educacionais verificada em todo País nas últimas décadas “[...] não proporcionou redução substancial dos desníveis regionais e interestaduais. Em alguns casos, o grau de desigualdade regional parece ter se aprofundado, refletindo assim o ritmo diferenciado dos avanços em cada região” (CASTRO, 2000, p. 427).

Em relação ao estado do Tocantins, um quadro de profunda desigualdade educacional pode ser identificado a partir da análise do comportamento dos indicadores de analfabetismo, repetência, abandono e distorção idade/série.

A desigualdade socioeducacional

A formação escolar tem um significativo potencial para permitir ao sujeito que se educa por esse meio de gerar as condições necessárias para a sua inclusão socioeconômica, cultural e territorial. Assim, na contramão da desventura de se pertencer socialmente ao enorme contingente de pessoas que vivem o passivo das relações de desigualdade de renda, a formação escolar pode dispor ao sujeito ativos que alteram a sua posição nas relações sociais. Se constitui em elemento fundamental, para tanto a boa formação recebida por esse sujeito, mais factível de acontecer num ambiente escolar devidamente estruturado, o que implica numa escalada de superação da exclusão.

A exclusão consiste num conjunto de propriedades (negativas) que posiciona os sujeitos, enquanto classe, na estrutura das relações sociais (BOURDIEU, 2005). Ela surge à medida que o fruto do trabalho social é apropriado nas relações de produção, alienando os sujeitos tanto material quanto culturalmente. Mas essa alienação exprime-se também na ocupação desigual do solo, que se caracteriza pela segregação e confinamento da classe trabalhadora em espaços desqualificados. O fundamento para isso é o fato de que o solo também possui valor de mercado, de modo que as suas propriedades agregadas definem o seu uso social. Quanto mais infraestrutura, equipamentos sociais e proximidade com os centros (comerciais, de serviços, de lazer, religiosos etc.) tiver o lugar, maior será o seu valor de mercado e mais restrito ele será à classe trabalhadora.

Porém, as propriedades (materiais e simbólicas) que garantem aos trabalhadores uma posição definida na estrutura social enquanto classe, também recebem agregados, gerando no interior da classe experiências diversificadas a partir de propriedades diferenciais, sob a forma de qualificação profissional, de empregos mais remunerados, de profissões menos pesadas, de maior tempo de estudo etc. Tais experiências apontam para a existência de situações específicas no interior da classe, que vão refletir tanto na formação de um “grupo de *status*” – em que o comportamento dos indivíduos é

determinado por valores sociais materiais e simbólicos baseados na honraria e no prestígio, definindo estas relações sociais e constituindo-se em elemento formador do *habitus* (BOURDIEU, 2005, p. 16) – e no modo e lugar de assentamento no solo. Bourdieu (2005) frisa que toda estilização da vida tem sua origem num grupo de *status* ou é mantida viva por um grupo de *status*. Segundo o mesmo, é natural, que, “[...] a exemplo das sociedades tradicionais, os grupos de status imponham aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamento, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar modelos” (BOURDIEU, 2005, p. 16).

É importante destacar de que por *habitus* entende-se o conjunto de representações e de disposições que orientam e que referendam o comportamento social de uma determinada relação, dando sentido, significado e organizando hierarquicamente os indivíduos pertencentes a esta relação (BOURDIEU, 2002). Segundo Nogueira e Nogueira (2004), *habitus* seria, então, produto da incorporação das estruturas sociais e da posição de origem pelo sujeito, que passaria a estruturar as ações e representações dos mesmos. Isso quer dizer que as pessoas que vivem na condição de classe trabalhadora possuem e utilizam diferentes recursos para ocuparem determinados espaços dispostos no território.

Diante dessa realidade de segregação socioterritorial, em que os sujeitos lutam constantemente contra os signos de sua exclusão, o Estado teoricamente deveria agir no sentido da neutralização dos dispositivos excludentes, tanto nas políticas de cunho socioeconômico quanto nas educacionais e nas territoriais. Porém, ao agir incorporando lógicas sociais específicas, isso nem sempre acontece, sendo que muitas vezes a sua ação se dá mesmo no sentido de intensificar as distâncias entre as classes e grupos sociais.

Ao discutirem sobre a autonomia relativa do sistema de ensino e sua dependência relativa à estrutura das relações de classe formadoras do *habitus*, Bourdieu e Passeron (2014) afirmaram que:

[...] a organização pedagógica nos surge como mais hostil à mudança, mais conservadora e tradicional talvez do que a própria Igreja [...] Pelo fato de que o trabalho pedagógico (seja ele exercido pela Escola, por uma Igreja ou um Partido) tem por efeito produzir indivíduos modificados de forma durável, sistemática por uma ação prolongada de transformação que tende a dotá-los de uma mesma formação durável e transferível (*habitus*), isto é, de esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação, pelo fato de que a reprodução em série de indivíduos identicamente programados exige e suscita historicamente a produção de agentes de programação eles mesmos identicamente programados e de instrumentos padronizados de conservação e de transmissão [...] compreende-se que, como observava Durkheim, as instituições de ensino tenham uma história relativamente autônoma e que o *tempo* da transformação das instituições e da cultura escolar seja particularmente lento (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 231-232).

Assim, visto pelos olhos da educação, o que se tem é uma ação pedagógica que reproduz a cultura dominante, reproduzindo também as relações de poder de um determinado grupo social. Diante deste fator, Bourdieu (2005, p. 242) enfatiza que “[...]”

mesmo quando parece obedecer tão somente às suas próprias normas (propriamente escolares), o sistema de ensino obedece ao mesmo tempo a normas externas”.

Desempenho educacional frente aos seus indicadores

De acordo com Castro (2000), o acesso ao ensino fundamental foi o único indicador praticamente universalizado na segunda metade da década de 90, ficando os demais indicadores apenas com uma tendência sistemática de melhoria nas unidades da federação. Ainda, segundo Castro (2000), vistas pela ótica das séries históricas dos principais indicadores educacionais, as regiões brasileiras são muito desiguais, principalmente no que diz respeito a sua evolução, o que promove um distanciamento cada vez maior entre elas.

Uma das principais evidências de atraso educacional de uma região é a incidência das altas taxas de analfabetismo, sobretudo em comparações internacionais. Conforme dados do último Censo (2010), o Brasil, apesar da redução significativa nas últimas décadas, segue exibindo uma das mais elevadas taxas de analfabetismo da América Latina (9,61%), o que corresponde cerca de 5 milhões de pessoas. No ranking de 2010, o Brasil apresentava a sétima maior taxa de analfabetismo entre os 28 países que compõem a região. Entre 1991 e 2000, o País avançou na superação desse indigesto quadro, passando de 20,07% para 13,63%, obtendo uma redução de 6,4%. Essa redução foi proporcionada, sobretudo pelas políticas de universalização do ensino fundamental, nos anos 90. Segundo Oliveira, J. (2011, p. 51), a política de universalização do ensino fundamental, nos anos 90, “[...] promoveu um declínio acentuado na população jovem, apresentando, no entanto, uma tendência de regionalização do analfabetismo, com concentração nas regiões mais pobres, nas áreas rurais e nas periferias das regiões metropolitanas”.

No Tocantins, assim como no Brasil, as taxas de analfabetismo apresentam um significativo declínio, porém com percentuais mais altos do que na média nacional. Em 1991, o Tocantins tinha 31,4% de analfabetos na população de 15 anos ou mais. Em duas décadas, esse número teve um declínio de 18%, registrando, no Censo Demográfico de 2010, 13,1% de taxa de analfabetos na população de 15 anos ou mais (ver Tabela 4) Apesar dessa redução, observa-se que existe um profundo desequilíbrio regional entre as microrregiões tocantinenses. Apenas metade, ou seja, quatro das oito microrregiões possuem taxas de analfabetismo abaixo da média estadual, sendo Araguaína (12,4%), Gurupi (10,0%), Porto Nacional (6,0%) e Rio Formoso (10,8%) (tabela 2). As microrregiões do Bico do Papagaio (21,0%), Dianópolis (18,9%), Jalapão (20,3%) e Miracema do Tocantins (15,0%) não obtiveram uma redução substancial em suas taxas, exibindo níveis preocupantes de analfabetismo.

Tabela 4. Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais - 1991/2010.

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE ANALFABETISMO (%)		
	1991	2000	2010
BRASIL	20,07	13,63	9,61
TOCANTINS	31,4	18,8	13,1
Araguaína	28,1	17,3	12,4
Bico Papagaio	43,4	26,5	21,0
Dianópolis	38,3	24,5	18,9
Gurupi	21,6	13,3	10,0
Jalapão	39,5	26,4	20,3
Miracema do Tocantins	27,9	18,8	15,0
Porto Nacional	22,4	9,9	6,0
Rio Formoso	24,8	14,7	10,8

Fonte: IBGE/SIDRA, 2014. Organizado por: Ferreira, Rogério C.

Este cenário reflete um ritmo diferenciado dos avanços em cada região, desempenhando uma clara tendência à regionalização do analfabetismo e de sua concentração em regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente do Tocantins. Os dados apontam para um descompasso temporal entre as microrregiões em relação à erradicação do analfabetismo, gerando desníveis regionais. Apesar dos esforços e das políticas públicas voltadas para a universalização do ensino fundamental e do médio, este cenário também vai refletir na análise da série histórica das taxas de transição do ensino fundamental (aprovação; reprovação; abandono; e distorção idade/série).

Aprovação, reprovação, abandono e o fenômeno da distorção idade/série

A apreciação da série histórica das taxas de transição do ensino fundamental revela que no período de 2010 a 2013 ocorreu um avanço substancial nos dois ciclos do ensino fundamental. Tomando, isoladamente, os dados das séries do início do ciclo (1º ao 5º ano) e do final do ciclo (6º ao 9º ano), verifica-se uma tendência positiva de aumento das taxas de aprovação no 1º ciclo e uma menos expressiva no 2º ciclo. Apesar disso, simultaneamente, verifica-se uma acentuada redução das taxas de repetência e abandono, o que sugere, em termos de eficiência, uma significativa melhoria nesses últimos anos.

218

No entanto, os ganhos de eficiência, assim como na taxa de analfabetismo, não foram uniformes em todo estado, pois as disparidades microrregionais ainda persistem. Em relação à taxa de aprovação, no estado do Tocantins, existe uma diferenciação entre o 1º e o 2º ciclo do ensino fundamental. Enquanto o primeiro ciclo apresenta taxas crescentes de aprovação, saltando de 86% em 2010 para 95,4% em 2013, o segundo faz o caminho inverso (Tabela 5) De 91,4% em 2010, regride para 83,7% em 2013, como pode ser verificada na Tabela 5. Esse resultado, além de se refletir nas taxas de repetência e abandono, mostra um caminho oposto aos dados nacionais, em que a

porcentagem, mesmo que pequena, teve um ganho de 1,02 ponto percentual de 2010 para 2013, saltando de 82,7% para 85,1% respectivamente.

Tabela 5. Ensino fundamental - taxa de aprovação - 2010-13.

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE APROVAÇÃO (%)					
	2010			2013		
	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano
BRASIL	86,6	89,9	82,7	89,3	92,7	85,1
TOCANTINS	88,9	86	91,4	90,2	95,4	83,7
Araguaína	87,7	89,6	85,5	91,4	95,3	86,5
Bico Papagaio	86,4	88,7	83,4	88,2	94,0	81,2
Dianópolis	84,6	87,3	81,5	89,1	94,4	82,3
Gurupi	87,9	89,5	86,0	89,7	94,1	83,9
Jalapão	85,5	86,3	84,5	88,4	94,5	80,7
Miracema do Tocantins	89,5	91,8	87,0	89,8	94,0	84,5
Porto Nacional	89,4	90,7	87,7	91,7	95,4	86,8
Rio Formoso	89,8	90,8	88,6	89,1	94,3	82,5

Fonte: INEP, 2014. Organizado por: Ferreira, Rogério C.

No estado do Tocantins, os maiores contrastes se revelam na comparação dos indicadores de transição das microrregiões – Bico do Papagaio, Dianópolis e Jalapão – em relação às microrregiões – Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Miracema do Tocantins e Rio Formoso. Pode-se averiguar também na Tabela 5, que a média geral das taxas de aprovação entre 2010 e 2013 das microrregiões do Bico do Papagaio (86,4% para 88,2%), Dianópolis (84,6% para 89,1%) e Jalapão (85,5% para 88,4%), mesmo com um aumento substancial, ainda continuam como as mais baixas taxas entre as oito microrregiões. Esses números baixos foram causados, sobretudo pela regressão das taxas de aprovação no 2º ciclo do ensino fundamental.

O grau de desigualdade regional ganha contornos mais acentuados quando são analisadas as taxas de reprovação e de abandono escolar. As escolas estaduais do Tocantins apresentaram uma melhoria substancial em suas taxas de reprovação, regredindo de 9,2% em 2010 para 8,3% em 2013 (ver Tabela 6) No entanto, quando analisado separadamente o 1º do 2º ciclo do ensino fundamental, observa-se que essa regressão foi proporcionada apenas pelo 1º ciclo, (7,7% para 4%). O 2º ciclo, assim como na taxa de aprovação, demonstra uma inversão de tendência, aumentando sua taxa de reprovação de 11% em 2010 para 13,7% em 2013.

Na média geral, entre 2010 e 2013, as escolas da microrregião de Dianópolis e do Bico do Papagaio são as que apresentaram as maiores taxas de reprovação no período analisado, sendo 12,2% em 2010 e 10,7% em 2013 (Dianópolis) e 11,7% em 2010 e 10,2% em 2013 (Bico do Papagaio). As demais obtiveram reduções consideráveis, com destaque para a microrregião do Jalapão que conseguiu diminuir sua taxa de reprovação significativamente, regredindo de 11,1% em 2010 para 7,5% em 2013. No entanto, assim como acontece na média tocantinense, a redução do número de reprovados

foi proporcionada apenas pelo 1º ciclo do ensino fundamental (Tabela 6). Todas as microrregiões obtiveram um aumento na taxa de reprovação no 2º ciclo do ensino fundamental. Dianópolis com 17,2%, Bico Papagaio com 16,2%, Gurupi com 13,4% e Rio Formoso com 13,3%, foram as microrregiões que registraram os maiores aumentos nas taxas de reprovação em 2013, estando acima ou bem próximo da média estadual.

Tabela 6. Ensino fundamental - taxa de reprovação - 2010-13.

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE REPROVAÇÃO (%)					
	2010			2013		
	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano
BRASIL	10,3	8,3	12,6	8,5	6,1	11,3
TOCANTINS	9,2	7,7	11	8,3	4	13,7
Araguaína	10,2	9,7	10,9	7,8	5,0	11,3
Bico Papagaio	11,7	10,4	13,4	10,2	5,6	16,2
Dianópolis	12,2	11,5	13,2	10,7	5,5	17,2
Gurupi	10,3	9,6	10,9	9,0	5,4	13,4
Jalapão	11,1	11,5	10,6	7,5	5,0	10,7
Miracema do Tocantins	8,5	7,2	9,9	7,7	3,7	12,6
Porto Nacional	8,1	7,9	8,4	6,5	4,1	9,7
Rio Formoso	8,2	8,2	8,2	8,0	3,9	13,3

Fonte: INEP, 2014. Organizado por: Ferreira, Rogério C.

Em relação às taxas de abandono no ensino fundamental, o Tocantins registrou um baixo progresso entre os anos de 2010 e 2013, de 1,9% para 1,5%, respectivamente. Essa redução está abaixo da média nacional (3,1% para 2,2%), o que coloca o Tocantins em uma situação mais agradável em âmbito nacional (ver Tabela 7).

Tabela 7. Ensino fundamental - taxa de abandono - 2010-13.

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE ABANDONO (%)					
	2010			2013		
	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano
BRASIL	3,1	1,8	4,7	2,2	1,2	3,6
TOCANTINS	1,9	0,9	3	1,5	0,6	2,6
Araguaína	2,1	0,8	3,6	1,8	0,6	3,2
Bico Papagaio	1,9	0,9	3,2	2,0	0,8	3,5
Dianópolis	3,2	1,3	5,4	1,9	0,5	3,6
Gurupi	1,8	0,8	3,1	1,5	0,5	2,8
Jalapão	3,5	2,2	4,9	2,4	1,3	3,8
Miracema do Tocantins	2,0	1,0	3,1	1,3	0,4	2,5
Porto Nacional	2,5	1,4	3,9	1,7	1,1	2,5
Rio Formoso	2,0	1,0	3,2	2,2	1,3	3,4

Fonte: INEP, 2014. Organizado por: Ferreira, Rogério C.

Entre as microrregiões, assim como acontece com os outros indicadores, existe uma diferença entre as duas fases do ensino fundamental. Com exceção da microrregião do Rio Formoso, que registrou um aumento no abandono escolar (1% em 2010 para 1,3% em 2013), todas as outras microrregiões conseguiram diminuir as taxas de abandono no 1º ciclo do ensino fundamental. Como destaque, encontram-se as microrregiões de Miracema do Tocantins com 0,4%, Gurupi com 0,5% e Dianópolis com 0,5%. O destaque negativo continua com a microrregião do Jalapão que, junto com a do Rio Formoso, detém a maior taxa de abandono registrada em 2013, com 1,3% respectivamente (Tabela 7).

Em relação às taxas de abandono no 2º ciclo do ensino fundamental, a Tabela 7 mostra que mesmo com uma redução maior no quadro de abandono, esta fase do ensino fundamental registra taxas que chegam a ser sete vezes maior que do 1º ciclo, como é o caso da microrregião de Dianópolis, que apresentava 3,6% de taxa de abandono no 2º ciclo em 2013 contra 0,5% do 1º ciclo. Levando-se em conta a média tocantinense do 2º ciclo que era de 2,6% em 2013, apenas as microrregiões de Porto Nacional (2,5%) e de Miracema do Tocantins (2,5%) possuem taxas abaixo da média estadual. As demais estão todas acima da média estadual, com destaque negativo para as microrregiões do Jalapão (3,8%), Dianópolis (3,6%), Bico do Papagaio (3,5%) e Rio Formoso com 3,4% (Tabela 7).

Com base na análise desses indicadores, pode-se afirmar que os alunos do ensino fundamental continuam a enfrentar como principal gargalo as séries do 2º ciclo (6º ao 9º ano), no qual se verificam as menores taxas de aprovação e as taxas mais elevadas de reprovação e abandono, enquanto que os alunos do 1º ciclo (1º ao 5º ano) progrediram em seus indicadores. Porém, essa gradual melhoria ainda não foi suficiente para proporcionar maiores impactos na correção do fluxo escolar. Desta forma, um fenômeno decorrente das altas taxas de reprovação e abandono são as elevadas taxas de distorção idade/série (defasagem entre a idade e a série que o aluno deveria estar cursando).

No Brasil, que tem um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. Assim, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de 8 anos. Acompanhando este raciocínio, é possível identificar a idade adequada para cada série, dessa forma a taxa de distorção idade/série é um indicador que permite avaliar o percentual de alunos em cada série, com idade superior à idade recomendada (INEP, 2014). Em outras palavras, quanto mais baixa for a redução das taxas de repetência e abandono, menor será a taxa de distorção idade/série.

Este indicador é, certamente, um dos mais graves problemas da Educação Básica enfrentado, atualmente, em todo o território nacional, pois está fortemente associado ao baixo rendimento dos alunos, ao fracasso escolar e, sobretudo, ao abandono da escola. Como já visto, uma parcela muito significativa dos jovens reprovam nas séries do ensino fundamental, sobretudo na segunda fase, isso faz com que o problema da distorção idade/série se prolongue ao longo das oito séries, no ensino médio e até mesmo no ensino superior.

O Tocantins, assim como o Brasil, possui uma taxa elevadíssima de distorção idade/série. Em 2010, o estado registrava 22,8% de distorção idade/série, enquanto que o

Brasil 23,6%. Já em 2014, o Tocantins regrediu pouco mais de 2% apresentando uma taxa de 20,2%, enquanto que o Brasil regrediu 3,6%, exibindo uma taxa de 20% (ver Tabela 8).

Esse recuo, no entanto, não se deu com a mesma intensidade em todas as microrregiões tocaninenses, o que pode ser facilmente explicado, pois, como já mencionado anteriormente, existe uma correlação direta entre a redução das taxas de reprovação e abandono e a diminuição de distorção idade/série. Portanto, esse processo tem sido muito mais lento nas microrregiões do Jalapão (27,6%) e de Dianópolis (24,9%), por exibirem taxas elevadas de reprovação e abandono. Contudo, mesmo apresentando uma tendência de evolução positiva entre 2010 e 2014, todas as microrregiões possuem, em sua média geral, taxas superiores à média estadual. As microrregiões de Porto Nacional (20,5%), de Rio Formoso (20,5%) e de Miracema do Tocantins (20,6%) são as que exibem as menores taxas de distorção.

Tabela 8. Ensino fundamental - taxa de distorção idade/série - 2010-14.

BRASIL, TOCANTINS E MICRORREGIÕES	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE (%)					
	2010			2014		
	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	TOTAL	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano
BRASIL	23,6	18,5	29,6	20,0	14,1	27,3
TOCANTINS	22,8	16,7	29,8	20,2	12,5	29,7
Araguaína	26,0	19,4	33,7	23,5	16,0	32,8
Bico Papagaio	25,2	19,0	33,0	23,5	15,2	34,0
Dianópolis	26,9	19,4	35,5	24,9	16,2	35,8
Gurupi	21,9	16,0	28,6	21,9	14,7	30,6
Jalapão	34,0	27,2	42,5	27,6	18,2	39,7
Miracema do Tocantins	23,1	16,2	30,8	20,6	12,7	30,0
Porto Nacional	24,6	17,7	33,0	20,5	12,7	30,0
Rio Formoso	22,7	16,8	29,8	20,5	12,9	29,8

Fonte: INEP, 2014. Organizado pelo autor

Assim como acontece com os outros indicadores (Aprovação; Reprovação; e Abandono), o 2º ciclo do ensino fundamental apresenta dados preocupantes e muito superiores aos do 1º ciclo. A Tabela 8 mostra que todas as microrregiões em 2014 apresentaram uma diferença que passa do dobro entre o 1º e o 2º ciclo do ensino fundamental. Os dados mais alarmantes são das microrregiões do Jalapão que possui 18,2% (1º ciclo) e 39,7% (2º ciclo) e de Dianópolis 16,2 (1º ciclo) e 35,8% (2º ciclo) (Tabela 8).

Além disso, em vez de regredir, as taxas de distorção idade/série na segunda fase do ensino fundamental, microrregiões como a do Bico do Papagaio (33% em 2010 para 34% em 2014) e de Gurupi (28,6% para 30,6% em 2014) fazem o caminho inverso (Tabela 8). Pode-se inferir que os municípios que estão inseridos nestas microrregiões não estão conseguindo implementar, de forma eficaz, as políticas públicas voltadas para

a melhoria das taxas de transição e a diminuição da distorção idade/série, o que acaba, por sua vez, acentuando ainda mais as disparidades regionais.

Volta-se aqui a uma preocupação anteriormente mencionada – “*apesar do estado estar galgando posições no ranking do IDH nesses últimos anos, uma análise mais densa se faz necessária*”. Ao demonstrar alguns indicadores que estão inseridos no IDH e as taxas de transição educacionais, observou-se disparidades sociais preocupantes relacionadas à distribuição de renda, à longevidade e sobretudo à educação. Em suma, os dados revelam um cenário que os sujeitos coletivos do estado se articulam e vivem uma constante luta, nem sempre organizada e sistematicamente dirigida, mas latente no jogo social de interesses resultantes das experiências materiais de vida. De todo modo, essa luta consiste, num primeiro plano, na busca pela autonomia humana e social e, depois, numa tentativa de fazer com que o Estado cumpra com o seu papel de regulador das relações de trabalho e de redistribuidor da riqueza, garantindo a todos o acesso aos bens e aos serviços socialmente produzidos.

Considerações Finais

O principal objetivo que se buscou alcançar nesse artigo foi discutir o desempenho educacional do estado do Tocantins a partir das microrregiões, frente a indicadores socioeconômicos com ênfase no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas variáveis.

O diagnóstico que se obteve mediante a avaliação dos indicadores socioeducacionais, sobretudo os referentes às taxas educacionais de transição (aprovação, reprovação, abandono e distorção idade/série), demonstram um ritmo diferenciado dos avanços em cada região. Não obstante, percebe-se também uma clara tendência à regionalização do analfabetismo e de sua concentração em regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente, como é o caso do Bico do Papagaio, de Dianópolis e do Jalapão.

Esse resultado reporta uma preocupação nacional: o analfabetismo ainda é real no Brasil, e as desigualdades sociais poderão ser apenas um reflexo dessas desigualdades socioeducacionais regionais.

Observou-se que as regiões com baixo indicador de escolarização são as mesmas regiões em que os indicadores socioeconômicos são baixos também. Isso se comprova ao relacionar os indicadores socioeconômicos das microrregiões do Jalapão e do Bico do Papagaio com suas taxas educacionais de transição. Ambas possuem o maior contingente de pessoas analfabetas e que vivem sem rendimentos, fatores que, por si só, aumentam as chances de fracasso escolar entre os estudantes. O que pode indicar também que a taxa de reprovação avaliada isoladamente não responde a nada, uma vez que a microrregião do Jalapão apresenta um baixo índice de reprovação e um baixo desempenho socioeducacional.

Assim, permite-se concluir que o Estado do Tocantins necessita de opções de políticas públicas e territoriais que atuem no sentido da superação dessas condições de desigualdade, marginalidade e fragilidade presentes na rede estadual de ensino do estado.

Por fim, concluímos que a desigualdade, apesar das suas mais variadas formas de manifestação, está presente entre as microrregiões tocantinenses como um denominador comum dos vários padrões de desenvolvimento, criando novas divisões sociais.

Referências

- Bolwerk, Diógenes A. *A (re)produção do espaço/Tocantins no contexto regional*. 2014. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins. Campus de Porto Nacional - TO: UFT, 2014.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *Economia das trocas simbólicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.
- BRASIL. SENADO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.
- Castro, Maria Helena G. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: Henriques, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- Ferreira, Rogério C.; BESSA, Kelly. As interações espaciais e a formação de uma rede de múltiplos circuitos no Tocantins: horizontalidades e verticalidades em Araguaína e Gurupi. In: I Simpósio Nacional Cidades, Fronteiras e Território Tradicionais e IV Simpósio do Nurba, 2011, Porto Nacional. *Anais*. Porto Nacional-TO: POTE, 2011. v. 01. p. 151-158.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)*. 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: dez. de 2014.
- INEP. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Censo Escolar. Brasília-DF: INEP, 2014. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/web/guest/home>. Acesso em: jun. 2014.
- INEP. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. IDEB. Brasília-DF: INEP, 2013. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: dez. 2014.
- IPEA. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Ipeadata. Brasília-DF: IPEA, 2012. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: dez. 2014.
- Lacoste, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento: geopolítica em crise*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1975.
- Nogueira, Maria Alice; Nogueira, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PENA, Rodolfo F. Alves. Indicadores socioeconômicos. Disponível em: <http://alunosonline.uol.com.br/geografia/indicadores-socioeconomicos.html>. Acesso em: dez. 2015
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: dez. de 2013.
- Santos, Roberto de S. *Os condicionamentos das Políticas territoriais e do processo de territorialização dos atores hegemônicos no desenvolvimento regional e local: uma análise crítica no contexto de Tocantins*. 2013. 354 f. *Relatório Científico* (Estágio de Pós-Doutoramento) – Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Campus de Goiânia – GO, 2013.
- Tocantins. Governo do Estado – Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública (SEPLAN-TO). *Mapas e Atlas*. Palmas: SEPLAN-TO, 2012. Disponível em: http://www.seplan.to.gov.br/seplan/Publicacoes/MAPAS_2012/. Acesso em: dez. 2014.